



O exemplo do Brasil no crepúsculo da monarquia portuguesa

ANTÓNIO MARTINS GOMES

CLEPUL



Resumo: Em 1889, no mês seguinte à subida de D. Carlos I ao trono português, ocorre a implantação da República no Brasil pela via armada, que se torna um exemplo dicotómico e maniqueísta para políticos e autores monárquicos e republicanos em Portugal: para Oliveira Martins e Eça de Queiroz, partidários de um cesarismo monárquico, a imitação deste ato violento será a concretização da anarquia, uma vez que, com o regime republicano em vigor, dar-se-á o descalabro social; para Sampaio Bruno e Abel Botelho, adeptos confessos da via revolucionária, esta é a única forma de ultrapassar a presente crise e de salvar uma nação que se afunda com a continuidade da monarquia constitucional e do desleixo governativo dos principais partidos políticos e dos representantes da dinastia de Bragança.

Palavras-chave: República Brasileira; Monarquia Portuguesa; Oliveira Martins; Eça de Queiroz; Sampaio Bruno; Abel Botelho

Abstract: In 1889, in the month following the accession of Charles the 1st to the Portuguese throne, takes place the establishment of the Republic in Brazil by the military way, and it becomes a dichotomous and Manichean case in point to monarchic and republican politicians and authors in Portugal: to Oliveira Martins and Eça de Queiroz, both holding up to a monarchic Caesarism, an replication of such a violent act will be the achievement of anarchy, since the entry into force of a republican system will bring the social collapse; to Sampaio Bruno and Abel Botelho, two avowed supporters of the revolutionary means, this is the only solution to overcome the present crisis and to rescue a nation that sinks with the permanence of the constitutional monarchy and the neglectful leadership of both political parties and the representatives of the Braganza dynasty.

Keywords: Brazilian Republic; Portuguese Monarchy; Oliveira Martins; Eça de Queiroz; Sampaio Bruno; Abel Botelho

Portugal, uma velha nação monárquica enfraquecida após as invasões napoleónicas e as diversas guerras civis travadas já no seu período liberal, vive numa grande instabilidade política, económica e social, ao longo de praticamente todo o século XIX, mas é sobretudo a partir da sua última década que a decadência geral mais se evidencia, levando o Partido Republicano Português, de olhos postos no exemplo revolucionário vindo do Brasil em 1889, a abandonar a sua estratégia doutrinária e enveredar por uma fase bélica, propondo a força das armas como solução derradeira para resgatar a pátria.

Na verdade, se, a partir de 1500, Portugal foi incutindo no Brasil a língua portuguesa, a religião católica, o respeito pelo poder monárquico ou os mais variados hábitos da cultura ocidental, a partir de 1889, o Brasil, através do novo regime instaurado com a revolução de 15 de Novembro, torna-se, por sua vez, um exemplo

político citado por autores monárquicos e republicanos em diversas publicações portuguesas.

Começemos por referir Joaquim Pedro de Oliveira Martins, que, a 17 de Novembro de 1889, isto é, apenas dois dias após a implantação da República Brasileira, publica no *Tempo* a sua opinião sobre este acontecimento. Defensor do socialismo catedrático e porta-voz das ideias dos “Vencidos da Vida”, a cujo movimento intelectual Eça também pertence, este historiador e filósofo rejeita o regime republicano e acredita no cesarismo como meio de evitar o caos social e a crise económica que o país atravessa. Deste modo, ao ambicionar uma revolução vinda “de cima”, comandada por um monarca com uma maior intervenção política, neste caso o recém-eleito D. Carlos, Oliveira Martins considera a revolução ocorrida no Brasil um enorme erro, pois fará cair por terra todo o vasto e prestigiado império erguido no reinado de D. Pedro II:

Parece confirmar-se a notícia da incomparável tolice que o Brasil fez, proclamando a república, destruindo esse império a cuja sombra e pela mão de um príncipe tão patriota como sábio, conseguira ganhar foros de nação, avigorar-se, desenvolver-se, vencer os seus inimigos e adquirir um lugar proeminente na América do Sul (MARTINS, 1924, p. 284).

O pensador português prossegue a sua crítica contundente ao novo regime brasileiro, entendendo que, para além de não trazer nada de positivo, apenas irá provocar a dissolução da unidade nacional e o agravamento da crise:

A desmembração: eis aí o que a república dará ao Brasil num futuro breve, mas ainda assim mediato. Por agora, imediatamente, dar-lhe-á uma crise tremenda, se a revolução embaraçar, como é mais que provável, as grandiosas operações financeiras e a profunda reforma social da abolição da escravidão. (MARTINS, 1924, p. 288).

Como consequências negativas imediatas da “incomparável tolice” feita pelo Brasil, Oliveira Martins prevê a nacionalização, a curto prazo, de todo o comércio a retalho devido à extrema inveja sentida pelos republicanos mais radicais em relação aos abastados emigrantes portugueses, que tinham o domínio desta área económica:

Lembrem-se ainda os nossos ingénuos radicais de que o jacobinismo brasileiro escreve na sua bandeira a *nacionalização do comércio de retalho*, eufemismo sob que se esconde a guerra mortal de inveja ao emigrante português, que disputa aos indígenas, à força de economia e trabalho, o mercado da venda a miúdo. (MARTINS, 1924, p. 289).

Assim, este arauto do pessimismo político português recusa-se a felicitar os novos dirigentes brasileiros, pois estes irão pôr em risco não só a sua própria nação, mas também Portugal, a sua memorável mãe-pátria. A terminar, mostra ter alguns laivos de colonialismo quando salienta que este acontecimento, apesar de não ser uma séria ameaça em termos políticos, irá trazer inúmeros prejuízos e provocar uma profunda crise em Portugal, a nação pela qual deveria continuar a ter o máximo respeito:

Não receamos para Portugal as consequências políticas da revolução. Não é do Brasil que nos virá nenhuma novidade constitucional, nem temos a aprender com as lições do seu governo, mormente quando são da natureza destas.

Receamos, porém, as consequências económicas da loucura política do Rio de Janeiro; e lamentamos que o Brasil praticasse, além de um ato de insensatez, uma ingratidão.

[...] lamentamos o passo errado que deu o Brasil, e a enormidade dos perigos em que se lançou a si – e também a nós! (MARTINS, 1924, p. 290).

Três anos mais tarde, no artigo “El-Rei D. Carlos I”, publicado em Novembro de 1892 na *Semana de Lisboa*, o “vencidista” monárquico Oliveira Martins lança um novo alerta para o alastramento da decadência em Portugal, sobretudo após a instauração da República Brasileira e o Ultimato inglês, e, sugerindo o reforço do poder régio, exorta o monarca a reunir as forças necessárias para salvar a pátria:

Estala um dia o conflito inglês, epílogo da história recente da partilha de África, episódio da história antiquíssima da influência britânica na Península. No dia seguinte, desmorona-se o Império do Brasil, e a República lança a sociedade num delírio de agiotagem, e a nação num desvaivamento de fantasia constitucional, que será milagre o resistir unida. Dos dois lados do Atlântico, a fatalidade açoita as duas nações lusitanas. Outro dia, rebenta deste lado a crise, patenteando cruelmente a mendicidade do Tesouro saqueado, e a ficção de uma riqueza de ouropel. (MARTINS, 1957, p. 293).

O segundo autor monárquico a merecer destaque nestas páginas é Eça de Queiroz, em cujas últimas obras diminuem as referências acintosas ao republicanismo, já distantes dessa caricatura tão depreciativa feita aos membros do Clube da Rua do Príncipe, em *A Capital*. Este comedimento em relação aos seus maiores adversários políticos poderá ser justificado por estar em serviço diplomático na República Francesa a partir de 1888, tendo residido na cidade-luz até ao fim dos seus dias¹. Uma outra explicação poderá encontrar-se no seu “pacto de não agressão” à República Brasileira, declarado pelo próprio autor em meados de 1891; com efeito, numa carta escrita a 7 de Agosto, Eça informa o dirigente republicano Teófilo Braga que a *Revista de Portugal* (1889-1892) deixou de criticar o Governo brasileiro, e pede-lhe para esquecer todo o seu ressentimento para com esta publicação, por si dirigida, a fim de voltar a contar com a sua dignificante colaboração: “O Governo Provisório passou: o Brasil tem uma República constituída – e a *Revista* não tornou a publicar uma linha hostil ao Governo que o Brasil, em Congresso, a si mesmo se deu.” (QUEIROZ, 1945, p. 293).

Durante várias décadas, o texto “Novos Fatores da Política Portuguesa”, laconicamente assinado por “Um espectador” e publicado em Abril de 1890 na *Revista de Portugal*, era atribuído a Oliveira Martins. Contudo, em 1975, o crítico espanhol Ernesto Guerra da Cal, após analisar o manuscrito original, atribui a Eça a autoria deste ensaio que espelha as ideias-chave dos “Vencidos

¹ Ao saber do afastamento do Visconde de Faria como cônsul em Paris, Eça de Queiroz, que estava em Bristol há uma década, escreve a 15 de Agosto de 1888 ao seu amigo Oliveira Martins, solicitando-lhe o patrocínio da sua nomeação para o cargo pretendido na carreira diplomática, iniciada em 1872. Treze dias depois, é publicado o Decreto a oficializar a nova missão política em Paris.

da Vida” na apreciação do panorama económico e político vivido no fim do século².

Os primeiros parágrafos descrevem o nascimento do Partido Republicano Português na década de 60, num clube localizado na antiga Rua do Príncipe, e o modo como a ideologia republicana se propaga na década de 80, constituindo agora uma notória ameaça ao regime instituído, devido sobretudo a dois *novos fatores*, considerados por Eça os principais modificadores da estrutura política portuguesa: o primeiro, de origem endógena, é o aumento do descontentamento e da desconfiança, sobretudo entre a burguesia e o meio intelectual, em torno da política rotativista³, “com o seu cortejo de males, nestes derradeiros tempos.” (QUEIROZ, 1890, 529); o segundo, de influência exógena, é a proclamação da República no Brasil, tendo como consequência negativa uma maior adesão à ideologia republicana em Portugal:

Uma outra causa exterior que veio concorrer para o engrossamento do partido republicano foi a revolução do Brasil. Feita por uma raça filha da nossa, que fala a nossa língua e tem tantos interesses ligados aos nossos, e feita aparentemente com uma cordura, uma generosidade, uma ordem que espantou (e enganou) o mundo, esta revolução veio entre nós, de mil maneiras indiretas, desenvolver o sentimento republicano; [...]. (QUEIROZ, 1890, p. 529)

A terceira geração republicana, ao contrário das duas antecedentes, surge mais condicionada por acontecimentos internos, como o Ultimato inglês ou o 31 de Janeiro de 1891, e tem como grande prioridade a deposição do regime monárquico pela via militar. No entanto, esta opção por uma atitude mais beligerante deve-se, em grande parte, à instauração da república no Brasil, na sequência da revolução de 15 de Novembro de 1889. Com efeito, graças às notícias vindas a lume dois meses antes sobre a proclamação da República Brasileira, a estratégia anti-monárquica ganha maior dinâmica, e a ela se vinculam dois momentos políticos no início de 1891: a 11 de Janeiro, a inauguração do Centro Democrático Federal 15 de Novembro é feita na presença do estandarte

do consulado brasileiro e do retrato de alguns dirigentes dessa nação; vinte dias mais tarde, dá-se a primeira tentativa de implantar a República Portuguesa pela via das armas, cujos organizadores tinham presente o exemplo no Brasil, como o confessou mais tarde Basílio Teles (cf. TELES, 1968, 81-82).

Em 1898, Sampaio Bruno⁴ publica *O Brasil mental*, onde faz confluir o positivismo comtiano, o evolucionismo spenceriano, o republicanismo proudhoniano e o economismo marxista, e onde nomeia a revolução de 1889 como o grande modelo político a aplicar em Portugal. No início da sua Advertência Expositiva, este pensador republicano refere que, “se o Brasil mal aprecia Portugal, Portugal, em certa maneira, completamente ignora o Brasil.” (BRUNO, p. 20); para diminuir este défice cultural, o autor dispõe-se a dar a conhecer as correntes mentais dominantes na sociedade brasileira nalguns momentos da sua História, de modo a avaliar o presente nível civilizacional e o grau de prosperidade social dessa “grande república transatlântica que fala a nossa língua e onde pulula a gente de nossa estirpe.” (BRUNO, 1997, p. 33).

Começando por enaltecer os portugueses pela criação do sistema colonial e do movimento mercantil e industrial, acusa-os em seguida de “depredações, violências e injustiças seculares” infligidas sobre outros povos, entre os quais o Brasil, critica-os por terem vivido sempre do monopólio do sistema mercantilista, e de estarem agora – em plena era da máquina a vapor – ameaçados pela concorrência do industrialismo. Daqui conclui que a presente crise nacional é uma consequência imediata de erradas estratégias económicas, aplicadas ao longo de séculos:

Por que havíamos de ser industriais, se a indústria estrangeira nos fornecia melhor e mais barato? Para que havíamos de ser navegadores, se os paquetes estrangeiros eram maravilhas de conforto que nunca atingiríamos? Para que havíamos de sacrificar o consumidor aos tentâmens imperfeitos da produção? (BRUNO, 1997, p. 24)

Na conclusão, o autor ainda voltará ao tema de Portugal como nação descobridora e colonizadora, cujo raciocínio sobre as causas da sua decadência coincide com o que Antero de Quental desenvolveu nas Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, nomeadamente o fundamento económico, decorrente das conquistas dilatadas a Oriente, que paralisaram o fomento industrial e favoreceram o parasitismo. Com efeito, “no nosso parasitismo de sôfregas sanguessugas”, deixámos de viver da Índia e do Brasil, mas agora ainda não sabíamos viver de Portugal (cf. BRUNO, 1997, p. 283).

Prosseguindo o seu texto, Sampaio Bruno alude a alguns episódios caricatos para provar o desinteresse em Portugal pela cultura oriunda do Brasil. Essa

² Este ensaio político terá tido origem a partir de uma carta de Eça a Oliveira Martins, com data de 28 de Janeiro de 1890, onde propunha a alguém com espírito lúcido a elaboração de artigos que mostrassem a solução para a retoma económica. Por razões desconhecidas, Oliveira Martins nunca chega a satisfazer este pedido, e é o próprio diretor da *Revista de Portugal*, a coberto da assinatura de “um espectador” (já anteriormente usada por Oliveira Martins), que se encarrega de dissecar – com grande clarividência – o estado da nação.

³ O rotativismo era um sistema político que já ocorria desde a década de 70, cuja alternância se efetuava entre os dois principais partidos políticos portugueses: o Progressista e o Regenerador.

⁴ Sampaio Bruno (1857-1915) cedo adere à ideia republicana e aos 21 anos torna-se membro do diretório do Partido Republicano Português. Em 1891, este ideólogo é implicado na sedição falhada de 31 de Janeiro e é obrigado a exilar-se em Paris, onde apresenta, nesse mesmo ano e em conjunto com Alves da Veiga, o organizador civil da revolta, o *Manifesto dos emigrados da revolução republicana de 31 janeiro de 1891*.

desconsideração ou pouca seriedade com que a mentalidade brasileira é recebida no exterior provém de autores prestigiados, como Eça de Queiroz, que, ainda nos tempos da sua colaboração com *As Farpas*, alude ao brasileiro como motivo de riso na Europa.⁵ Apesar da omissão do autor, acrescentaríamos ainda que alguns casos estão eivados de preconceito racista, sendo Rafael Bordalo Pinheiro um desses exemplos; após a sua permanência no Brasil por quatro anos, este artista insinua no *Almanaque do António Maria para 1882* que o povo brasileiro é incapaz de entender os princípios universais republicanos, através duma caricatura onde estão dois brasileiros de tez escura a ter o seguinte diálogo, marcado pela sátira feita ao sotaque:

- Eu sou todo pela *Republica*.
- É sim sior. – Liberdade, *Eguardade* e Fraternidade.
- Sobretudo *Eguardade*, todos pretos.

O publicista republicano faz ainda uma crítica severa a linguistas e escritores brasileiros por terem permitido que a língua portuguesa se misturasse, como refere António Telmo em prefácio a esta obra, com “barbarismos africanos que terão contaminado e deformado a fonética, a morfologia e a sintaxe da língua original” (TELMO, 1997, p. 15). Este pensador republicano condena a miscigenação e a promiscuidade sexual dos colonos portugueses com gente de raça inferior, sendo essa a explicação que encontra para um livro brasileiro estar escrito de forma tão diferente da de um livro português, tal não sucedendo entre livros norte-americanos e ingleses, como se pode observar nos excertos seguintes:

É porque o norte-americano nunca se mesclou com as raças inferiores do país, autóctones ou importadas, com os peles-vermelhas ou com os pretos africanos. Orgulhosamente se afastou; exterminou ou explorou essas pobres gentes; mas procedeu, tanto quanto possível, como os árias ao contacto das populações dravídicas. Refugiou-se em castas, a fim de conservar puro o seu sangue superior, trazido da Europa. Não o comprometeu na mestiçagem. Por isso, a língua inglesa não sofreu nele senão os desvios naturais e próprios, limitados, consequentemente, ao ondular da própria evolução; [...].

[...]

Com o relaxe demagógico do português, que se não peja de ter cópula e conviver familiarmente com a mulher negra mais degradada, a prevenção da linguagem atingiu o cúmulo.

A meiguice da raça negra [...], dum amelaçamento idiota, pegou-se ao idioma. Daí, as alterações fonéticas; o desbaste das arestas varonis nos vocábulos; a abundância formigante dos diminutivos. (BRUNO, 1997, p. 87).

Dando o exemplo da expressão “O minino está dormindinho”, Sampaio Bruno critica ainda a aplicação

de diminutivos nos participípios. Neste sentido, o idioma falado no Brasil – o “português com açúcar”, como Eça o descreveu – é, segundo este pensador republicano, uma degenerescência da sua língua materna e um dos efeitos mais lamentáveis da escravatura (cf. BRUNO, 1997, p. 88).

No Capítulo II, o autor português alude ao enorme sucesso da doutrina positivista na mentalidade brasileira, em articulação com a lei comtiana dos três estados: teológico, ou ficcional; metafísico, ou abstrato; e positivo, ou real. Transpondo esta lógica de hierarquização evolutiva para a história política, o regime monárquico, pela natureza transcendente do seu direito divino, deve dar lugar ao republicano, a culminar o progresso imanente da sociedade e a plena emancipação dos povos.⁶ Sampaio Bruno tece então um rasgado elogio à forma como o positivismo foi inculcado no Brasil, contribuindo com eficácia para a implantação da república e sua consolidação, bem como para dar prestígio à disciplina social (cf. BRUNO, 1997, p. 214).

Contrariando a ideia de que a solução para Portugal estaria na revolução “de cima”, defendida pelos vencidistas Oliveira Martins e Eça de Queiroz enquanto dura a esperança salvífica em D. Carlos, Sampaio Bruno cita e comenta com dureza uma tese de Tobias Barreto, filósofo e poeta brasileiro da segunda metade do século XIX, segundo a qual a escolha entre monarquia e república está mais vinculada a razões estéticas do que éticas, acrescentando – como exemplo – que a qualidade do vinho não se altera por estar guardado em garrafas de formatos diferentes:

Tal absurda analogia serviu no Brasil, em mãos menos puras do que as de Tobias Barreto, como cá, analogamente, tem servido, de base a uma sistemática perversão do critério público. Convém reentrar na razão. O Brasil reentrou. Portugal parece que não se decide. (BRUNO, 1997, p. 224-225).

Com esta afirmação, o autor apela ao povo para fazer uso da razão, ter em mente o exemplo vindo do Brasil, e decidir-se rapidamente pela via republicana, a mais lógica forma de governo nestes tempos positivistas.

⁵ Apesar de citar o exemplo reprovável deste autor português, Sampaio Bruno defende-o em seguida, quando critica o escritor brasileiro Machado de Assis por ter considerado *O Crime do Padre Amaro* um plágio a *La Faute de l'Abbé Mouret*, de Émile Zola.

⁶ Doze anos antes, o ideólogo republicano Sebastião de Magalhães Lima, adepto deste espírito positivista, coloca, na segunda parte da sua obra *A revolta*, uma epígrafe com o seguinte texto de Victor Hugo, romancista e deputado da II República Francesa: “As monarquias, como as tutelas, têm a sua razão de ser enquanto o povo é pequeno. Chegando a um certo tamanho, o povo sente-se com força para andar. Uma república é uma nação que se declarou maior. A revolução francesa é a civilização emancipada. Estas verdades são simples.[...] Aceitemos a virilidade. A virilidade é a república. Aceitemo-la para nós; desejemo-la para os outros. Desejemos aos outros povos a plena posse de si mesmos. (LIMA, 1886, p. 7).

Na Conclusão, Sampaio Bruno resume a situação política em Portugal, cujos governos sucessivos, desde o Ultimato inglês, censuram jornais e reprimem colectividades, mantendo-se altivos e alheios aos sinais generalizados da ruína nacional: “Assim, lentamente, chegou-se a um ponto desesperado e desesperador. Queixa-se a agricultura; lamenta-se o comércio; e geme a indústria” (BRUNO, 1997, 310). Para além deste ponto de situação feito aos três setores económicos, o pensador republicano denuncia ainda as injustiças na repartição da riqueza em Portugal, a manterem o fosso existente entre as classes sociais:

Entretanto, os lavradores do Alentejo sustentam-se de bolota. Mas uma infeta canalha, escória das escórias, vai cobrando, às escondidas, pingues honorários, para cujo pagamento nunca o tesouro se confessa em carência de recursos; ao contrário. (BRUNO, 1997, p. 311).

Após estas duras críticas, o autor destaca o exemplo dado pela “Nova Lusitânia” à velha nação: a revolução de 15 de Novembro é a prova suprema para se acreditar que o mesmo será possível em Portugal, apesar da derrota recente em 1891. No entanto, apesar de crer que a conduta doutrinária já não é suficiente para derrubar o regime monárquico, ainda não vislumbra coragem suficiente entre a população “porque as convicções estão feitas, mas os ânimos é que não estão dispostos. Covardes, covardes que somos!” (BRUNO, 1997, 319).

Mesmo sentindo a incapacidade de mobilização popular para o combate armado, ideia partilhada nesta década por outros dirigentes republicanos,⁷ Sampaio Bruno sustenta a necessidade premente de implantar a república em Portugal, a única solução possível para os seus problemas:

O lema enxerga-se ostensivo.

É ele o da República, esperança final, cujo aborto significaria indefetivelmente a morte da nacionalidade.

[...]

A República é hoje a aspiração final, a expressão da angústia comum, o esforço último do moribundo que apela para o remédio extreme, cuja, única, sinergia o poderá, só, soerguer do miserando catre. (BRUNO, 1997, p. 322).

As suas derradeiras palavras são aqui vistas como uma mensagem de esperança para que o progresso da ex-colónia portuguesa, essa “Nova Lusitânia”, constitua, após os sinais positivos do novo sistema político, um verdadeiro ensinamento para os portugueses e um alento para a continuação do combate pelo ideal republicano:

Discorrendo do Brasil, dum país novo falamos; e, disqueteando a propósito de gerações tocadas da

aspiração (parcelarmente realizada), com a efetividade da fé, no acto se consumando, incorremos.

Que este livro terminasse, pois, já não com uma palavra de esperança, mas sim com um grito de combate – era mais que um direito, era um dever. (BRUNO, 1997, p. 325).

Publicado em 1910, o romance político *Próspero Fortuna*, do autor naturalista Abel Botelho,⁸ é a última referência neste artigo, sendo porventura o mais interessante dos quatro textos aqui abordados em relação ao tema em causa. Neste sentido, e também por prenunciar a queda da monarquia portuguesa, será prestada a merecida atenção a esta obra centenária, uma vez que, no desfecho do seu enredo, é elogiada a evolução da sociedade brasileira na última década do século XIX, graças à implantação da república.

A ação de *Próspero Fortuna* situa-se entre os finais de 1889 e o início de 1893, um período histórico de crise nacional, agravada com a proclamação da República Brasileira e o Ultimato inglês, e traduzida emblematicamente na malograda sublevação de 1891. Com efeito, na sequência da mudança de regime político no Brasil, diminuem as remessas financeiras dos emigrantes e os dividendos das aplicações de capitais portugueses, agravando-se o estado da economia portuguesa. O narrador refere-se a esse momento negativo nos seguintes termos:

Prenúncios vagos de borrasca pensavam ameaçadores no manso abandalhamento habitual da atmosfera política. A proclamação da República no Brasil, dificuldades financeiras imprevistas, haviam determinado uma súbita vibração de alarme na situação e agravado para a estabilidade do “meio” social as já precárias condições de incerteza. (BOTELHO, 1983, p. 251).

O quinto e último volume da “Patologia Social” narra a história de Próspero Fortuna, um bacharel em Direito que exerce a sua actividade na Régua, a sua terra natal. Durante a inauguração da linha férrea do Douro, os seus

⁷ Em carta de 15 de Novembro de 1890, dirigida a Santos Cardoso, redator do jornal *Justiça Portuguesa*, Teófilo Braga prenuncia a ocorrência de uma revolução republicana, justificando a sua escolha no Porto por falta de mobilização dos acomodados lisboetas: “Se estivermos à espera do levantamento de Lisboa, nunca ele virá, porque esta gente aqui é timorata e cheia de conveniências, tem medo da polícia, da guarda municipal, etc.” (*apud* MARTINS, 1927, p. 221). Quatro anos mais tarde, Guerra Junqueiro, no prefácio a uma obra de homenagem ao dirigente republicano José Falcão, tecerá as mesmas críticas à pequeno-burguesia lisboeta: “Um partido republicano [...] composto sobretudo de pequenos burgueses da capital, adstritos ao sedentarismo crónico do metro e da balança, gente de balcão, não de barricada, [...]” (JUNQUEIRO, 1894, IX).

⁸ Em termos políticos, Abel Botelho (1854-1917) desenvolve uma grande atividade em prol do ideário republicano a partir de 1910: neste mesmo ano, é eleito deputado à Assembleia Constituinte e faz parte da Comissão que aprova a bandeira nacional da República Portuguesa; à data da sua morte, encontra-se em Buenos Aires como Ministro Plenipotenciário dos Negócios Estrangeiros, cuja influência diplomática leva a Argentina a ser a primeira nação a reconhecer a República Portuguesa.

dotes oratórios são elogiados e o protagonista transmontano desenvolve uma ambição desmedida; movido pela sede de poder, e à semelhança do protagonista camiliano Calisto Elói de *A queda dum Anjo*, muda-se para a capital a fim de, através da política, ascender na sociedade e ser nomeado deputado ou ministro. Para executar o seu plano ardiloso, procura o jornalista Aires Pinto, fazendo deste companheiro dos tempos de Coimbra o seu testa-de-ferro na elaboração de artigos de imprensa.

No fim, após ter conspirado para ter mais poder e ser eleito deputado, Próspero ascende ao ambicionado cargo no Governo; por seu turno, Aires Pinto acaba perseguido pela polícia e exilado no Brasil, após o seu contributo para mudar o regime político em Portugal – primeiro, por via doutrinária nos editoriais onde denuncia o estado da nação; depois, através da organização da revolta militar de 31 de Janeiro. O desenlace deste “romance ao desconcerto do mundo” permite-nos entender assim uma simples mensagem ideológica, numa evocação camoniana: a justiça do regime monárquico castiga o “bom herói” e recompensa o “mau herói”.

Apesar de curta, a última carta de Aires Pinto, enviada a Próspero do seu exílio no Brasil, tem um papel relevante no compromisso pedagógico do romance: o emissor começa por aludir à sua felicidade nesse país distante, cujos cidadãos ainda celebram intensamente a implantação da república; descreve alguns dos combates travados pelo povo contra o poder monárquico até à sua destituição por via militar e transição para o novo regime; e argumenta a favor da necessidade imperiosa de os republicanos portugueses passarem ao combate mais violento, através do exemplo vindo do Brasil.

Este episódio da carta introduzido no enredo por Abel Botelho enquadra-se na tentativa de ligar a ficção a factos históricos, tornando-a mais credível e persuasiva ao leitor. Neste sentido, o republicanismo é fundamentado com a história verídica de cidadãos e militares brasileiros que, após a luta abnegada pela autodeterminação, abraçaram o melhor regime político, conquistado por via revolucionária e ordeira, e melhoraram as suas condições de vida:

Em 1870, apresenta-se oficialmente organizado o partido republicano. E, em 1889, a soberana vontade coletiva impõe-se, por fim, sancionada em decorativa parada pelo exército, que não foi neste caso, segundo a expressão feliz dum escritor contemporâneo – mais que a ordenança passiva duma nação em marcha. (BOTELHO, 1983, p. 484).

Depois de, ao longo do romance, termos acompanhado as críticas à economia nacional ou à incúria chocante dos representantes monárquico-constitucionais, acabamos por confrontar duas situações políticas distintas: de um lado, Portugal persiste na sua política estéril sob o jugo da dinastia de Bragança; do outro, o Brasil dá o melhor

exemplo ao mundo, ao ter enveredado por um caminho diferente e aproveitado os aspectos mais positivos do sistema republicano.

Curiosamente, existe um documento histórico com o qual a missiva de Aires Pinto pode ser confrontada intertextualmente: a *Carta sobre o achamento do Brasil*, redigida por Pêro Vaz de Caminha em forma de diário de bordo ao rei D. Manuel.⁹ As suas páginas pormenorizam, com objetividade e minudência naturalista, momentos da viagem da frota de Pedro Álvares Cabral à Índia, como a partida, o desembarque na terra “achada”, o convívio com os nativos, ou os aspectos etnográficos e exóticos. Neste sentido, tal como na denominada “certidão de nascimento do Brasil”, donde se destaca a autenticidade e o rigor na observação de um espaço quase edénico, também a carta de Aires Pinto procura retratar “com austera imparcialidade” (BOTELHO, 1983, p. 482) um “admirável mundo novo”, como se do Paraíso terrestre se tratasse:

Era um país colossalmente fecundo, admirável, imenso! que instante a instante se via palpavelmente espertar, afirmar-se, melhorar, crescer, no amor pela liberdade e pelo trabalho, sobre aquela terra apoplética, ao estímulo daquele céu de fogo. E tudo devido ao predomínio final das correntes democráticas – visse ele bem! (BOTELHO, 1983, p. 482).

As viagens dos Descobrimentos foram sempre consideradas pelos portugueses uma gloriosa missão ao serviço de Deus para resgatar os povos não cristãos da sua vida pecaminosa e da conseqüente condenação ao “fogo eterno”, como o comprova Pêro Vaz de Caminha quando, já no final da carta, enumera as vastas riquezas do Brasil e alude a um aspecto que considera fundamental: “Porém, o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.” (CAMINHA, 2000, p. 117).

Muito ironicamente, a carta de Aires Pinto vem contestar o texto quinhentista: onde este aludia à necessidade piedosa de converter o povo brasileiro ao cristianismo, a “Carta sobre o achamento de um novo Brasil” tece agora duras críticas à instituição católica pela forma como, sempre em conluio com o governo monárquico, foi perdendo toda a capacidade de acompanhar os mais legítimos anseios populares:

Agora a subserviência doutrinária do catolicismo, piorada pela infiltração do artritismo monárquico, volvia-se em intoleráveis ondas de retrocesso, impossíveis de adaptar-se a povos que como que nasciam virgens para a consciência, para a vida, libertos de jugos tradicionais, num formidável ímpeto genésico de alforria social. (BOTELHO, 1983, p. 483).

⁹ A carta deste escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, datada de 1500 e descoberta apenas em finais do século XVIII, está englobada na literatura de viagens, na sua vertente eufórica.

Com efeito, enquanto Vaz de Caminha sugeria ao monarca “venturoso” que salvasse os nativos da “ilha” de Vera Cruz, instilando-lhes os hábitos religiosos e culturais praticados em Portugal, sucede agora o contrário: Aires Pinto relata a Próspero, um representante “afortunado” da monarquia portuguesa, o heroísmo do povo brasileiro, a forma corajosa como se libertou da tirania monárquica e da dependência católica, e como toda a sociedade progrediu sob os desígnios racionais e positivistas do novo regime republicano.

A encerrar a sua carta, o publicista confessa o seu mais íntimo desejo – ver o forte apego dos portugueses ao catolicismo substituído por uma maior devoção à “religião” republicana, a nova doutrina redentora recentemente descoberta e venerada pelo povo brasileiro. Ao despedir-se, sem nunca descurar a sua missão doutrinária, lança uma mensagem de incentivo e esperança: “Se nós aí soubéssemos assim marchar!...” (BOTELHO, 1983, p. 484).

As palavras de Aires Pinto representam, na última década do século XIX, o apelo à viragem para a derradeira estratégia do republicanismo em Portugal: a geração doutrinária, empenhada em disparar “balas de papel” e tomar o poder pela via eleitoral, dá lugar à geração belicista, treinada para o “assalto ao castelo” monárquico por via militar. Não será, portanto, uma coincidência encontrarmos nessa frase o verbo “marchar”, directamente associado ao andamento compassado dos militares, e também contido nos versos do hino “A Portuguesa”, composto por Henrique Lopes de Mendonça em 1890.

Neste ano comemorativo do centenário da República Portuguesa, é de toda a justiça evocar aqui o contributo vindo do Brasil em 1889, um episódio incontornável em diversos textos políticos, cujos autores fazem uma abordagem extremada e maniqueísta consoante a sua área política: para os monárquicos, como Oliveira Martins e Eça de Queiroz, é a concretização da perigosa anarquia trazida pela revolução “de baixo” e conducente ao descalabro social, pois a regeneração da pátria tem de

ser ordeira; para os republicanos, como Sampaio Bruno e Abel Botelho, é a tábua de salvação restante para uma nação à deriva na sua degenerescência finissecular, e a sua redenção depende estritamente da mudança de regime político pela revolução armada.

Referências

- BOTELHO, Abel. *Próspero fortuna*. Porto: Lello & Irmão, 1983.
- BRUNO, Sampaio. *O Brasil MENTAL*. Porto: Lello Editores, 1997.
- CAMINHA, Pêro Vaz de. *Carta de Pêro Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2000.
- JUNQUEIRO, Guerra. “Em vez de prefácio (fragmento dum estudo)”. In: *Memória a José Falcão*. Coimbra: Typographia Auxiliar d’Escriptorio, 1894. VII-XXIV.
- LIMA, Magalhães. *A revolta. Processo da monarquia*. 2ª parte. Lisboa: Typographia Nacional, 1886.
- MARTINS, Oliveira. “A República no Brasil”. In: *Dispersos II*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1924.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. El-Rei D. Carlos I. In: *Política e História II*. 1884-1893. Lisboa: Guimarães & Cia. Editores, 1957.
- MARTINS, Rocha. *D. Carlos – História do seu reinado*. Estoril: Edição do autor, 1927.
- QUEIROZ, Eça de. Novos Factores da Política Portuguesa. *Revista de Portugal*, II, 1890.
- QUEIROZ, Eça de. *Cartas de Eça de Queiroz*. Lisboa: Editorial Aviz, 1945.
- TELES, Basílio. *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro: esboço d’história política*. Lisboa: Portugalia, 1968.
- TELMO, António. Prefácio. In: BRUNO, Sampaio. *O Brasil mental*. Porto: Lello Editores, 1997.

Recebido: 09 de julho de 2010
Aprovado: 21 de outubro de 2010